

# AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC  
Al FGC

...CORREIOS...

Distribuição gratuita

## Parlamento aprova Salário Mínimo Regional

Projeto que cria quatro níveis salariais em Santa Catarina entra em vigor em janeiro de 2010



Carlos Kilian



Carlos Kilian

Numa das mais movimentadas sessões do ano, deputados debatem e autorizam projeto de origem do Executivo, depois de muita discussão com trabalhadores e empresários

Páginas 4 e 5

### SC produz medicamento contra Gripe A

Miriam Zomer



Laboratório da Univali transforma versão pediátrica para forma líquida

O laboratório de Produção e Análise de Medicamentos (Lapam), da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), começou a produzir a versão infantil do Tamiflu, remédio contra a Gripe A, de pó para solução líquida. O processo é uma recomendação do Ministério da Saúde.

Página 6

Padre Círio assume vaga em rodízio da bancada do PT

Mudam as lideranças do governo e do PSDB

Página 7

### Deputados em campo pelas eleições no Sul

Carlos Kilian



No TRE, deputados saem em defesa de Balneário Rincão e Pescaria Brava

Página 3

Legislativo altera regras para segurança nas agências lotéricas e franqueadas

Páginas 4 e 5

## OPINIÃO

## Salário Mínimo Estadual: a luta fez a lei

Após três anos de luta em conjunto com as centrais sindicais, federações de trabalhadores e sindicatos, finalmente aprovamos o Salário Mínimo Estadual em Santa Catarina. A partir de janeiro, mais de 400 mil trabalhadores que não são beneficiados por acordo ou convenção coletiva de trabalho terão o direito de receber um valor maior que o salário mínimo nacional, hoje em R\$ 465. Uma vitória que engrandece o Parlamento, à medida que aprova democraticamente uma lei de interesse da maioria da população.

Nenhum trabalhador receberá menos do que R\$ 587, mas também poderá receber R\$ 616, R\$ 647 ou R\$ 679, conforme sua atividade profissional. O Mínimo Estadual certamente fortalecerá a economia do Estado, pois estimula o aumento de massa salarial, a ampliação do consumo no comércio e das vendas nos demais setores da economia.

Indiscutivelmente, essa melhoria de renda é uma vitória do conjunto da sociedade, mas em especial das mulheres de Santa Catarina que hoje recebem os menores salários, nas diferentes funções e atividades laborais que fazem.

Mais do que isso, é uma vitória de democracia. Desde que apresentamos o primeiro projeto para criar o Salário Mínimo Estadual na Assembleia Legislativa, em 2007, nos deparamos com uma incessante pressão de setores empresariais. Lastimável. Santa Catarina é o sétimo maior estado produtor de riqueza (PIB) do Brasil e tem a quarta melhor média de renda entre os brasileiros. O problema, aqui, é a concentração de renda. Também é importante lembrar que a Lei Complementar Federal nº 103/00 permite aos estados criarem seus pisos estaduais, como já fizeram os estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo.

Foi desta pressão contrária que emergiu a força da mobilização popular. Em 2009, as centrais sindicais se unificaram em torno de uma única proposta, e conseguiram coletar quase 50 mil assinaturas para apresentar um projeto, já que leis desta natureza devem ser de origem governamental ou de iniciativa popular.

Pressionado pela situação irreversível, o governo então enviou à Assembleia um projeto que aprovamos no dia 9 de setembro, diante de centenas de trabalhadores que novamente fizeram a diferença. Foi uma verdadeira vitória da unidade das centrais sindicais, da mobilização social, da persistência e da democracia, o que me faz acreditar sempre que a luta faz a lei. Uma luta que nos engajamos e que, certamente, é uma das razões de eu estar na política hoje.

**Deputado Pedro Uczai (PT)**

## Serra do Faxinal: o imbróglio continua

Em vários pronunciamentos, nas últimas semanas, relatei a atual situação da pavimentação asfáltica da Serra da Faxinal, obra de estratégica importância para o desenvolvimento do extremo-Sul de Santa Catarina, que irá ligar o município catarinense de Praia Grande a Cambará do Sul (RS).

Após 19 anos de muita luta e constantes reivindicações, viabilizamos, através do governo do Estado, recursos na ordem de R\$ 22 milhões para a execução desta tão sonhada obra. Infelizmente, até o momento, conseguimos, apenas, a licença ambiental para o primeiro trecho das obras em território catarinense, que compreende oito quilômetros – já quase finalizados. O segundo trecho da obra, com os mesmos oito quilômetros, carece de autorização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que, diga-se de passagem, está, a cada dia, emperrando o

desenvolvimento de nossa região e de nossos municípios.

A rodovia está sendo construída dentro dos mais rigorosos padrões ambientais. Toda a obra será realizada no traçado já existente, o que irá diminuir quase 200 quilômetros o trecho entre o litoral Sul catarinense e os municípios de Caxias do Sul, Gramado e Canela, situados na serra gaúcha.

No entanto, na última semana, mais uma decisão contrária foi emitida. Desta vez, o Tribunal Regional Federal de Caxias do Sul (RS), por meio de uma ação proposta pela procuradora da República da cidade gaúcha, Luciana Guarnieri, determinou o embargo imediato das obras. Considero, com todo o respeito ao magistrado que preferiu a sentença, um grande equívoco. A obra já está praticamente finalizada.

Na ação a procuradora solicita um estudo ambiental único para a totalidade da obra, envolvendo

toda a unidade de conservação.

Para não perdermos a continuidade dos trabalhos, já que a empresa contratada ameaça abandonar os canteiros de obra, mobilizamos o Departamento de Infra-Estrutura de Santa Catarina e a Procuradoria-Geral do Estado para tentar derrubar esta decisão.

Obama precisa agir, em caráter de urgência, a favor da população de Santa Catarina. Tal Instituto não pode continuar nesta inércia que se encontra. Precisamos da licença ambiental para o segundo trecho e iremos lutar por ela.

Reafirmo que cumprimos todos os requisitos para obter a licença. A obra não está agredindo o meio-ambiente. Estamos buscando o desenvolvimento para nossos municípios, que estão inseridos numa das mais belas regiões do mundo.

**Deputado Manoel Mota (PMDB)**

## Estudantes querem lei que proíba dupla vaga pública

Eduardo Guedes de Oliveira



Presidente Jorginho Mello recebe comitiva de estudantes da Udesc

O presidente da Assembleia Legislativa, Jorginho Mello (PSDB), recebeu dia 8 a visita de uma comitiva formada por alunos da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e vereadores de Balneário Camboriú. Eles pediram apoio para a ampliação do número de vagas em universidades públicas no estado. A sugestão dos alunos é que o Parlamento aprove uma lei proibindo que o mesmo aluno curse, simultaneamente, duas universidades públicas.

Jorginho apoiou a iniciativa dos alunos e comentou que entrará em contato com o reitor da Udesc. "O meu relacionamento com o reitor Sebastião Mello, que é uma figura emblemática do ensino superior catarinense, faz com que a nossa participação como poder público, possa ser cada vez mais marcante na vida dessa universidade, que nos orgulha e vem prestando um grande serviço de graduação e formação à Santa Catarina", declarou.

O presidente do Centro Acadêmico da Udesc, extensão Balneário Camboriú, Leandro Rodrigues da Silva, ressaltou que uma lei semelhante à proposta já vigora no estado de São Paulo. Segundo o aluno,

a lei regulamentará a distribuição das vagas de ensino superior em Santa Catarina. "A Udesc, como universidade pública pode recusar a matrícula se o aluno já ocupa uma das vagas da Universidade Federal do Estado. Não é restrição, mas uma tentativa de ampliar o número de estudantes cursando o nível superior, de uma forma imediata", explicou.

Para o vereador João Olindino (PSDB), a matrícula em duas instituições tira a vaga de mais um aluno. "Entendemos ser uma ação muito importante e por isso solicitamos o apoio para que a extensão possa ser transformada em campus, com mais cursos", comentou.

A Udesc extensão Balneário Camboriú oferece o curso de Administração Pública, mas já possui uma área pronta para erguer um campus da universidade. "Queremos iniciar a construção das novas instalações, como já está sendo feito em outras regiões", encerrou.

Conforme os estudantes, cerca de 500 alunos que estão matriculados no curso de Administração da Escola Superior de Administração e Gerência (Esag), que pertence à Udesc, também estão matriculados em um curso da UFSC.

## [ AGENDA ]

• **Dia 14, 15 horas** - Reunião do Fórum Permanente de Discussão das Demarcações de Terras Indígenas no Norte/Nordeste do Estado  
**Local: Plenarinho Paulo Stuart Wright**

### Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**Presidente:** Jorginho Mello (PSDB)

**1º Vice-Presidente:** Gelson Merísio (DEM)

**2º Vice-Presidente:** Jailson Lima da Silva (PT)

**1º Secretário:** Moacir Sopelsa (PMDB)

**2º Secretário:** Dagomar Carneiro (PDT)

**3º Secretário:** Valmir Comin (PP)

**4º Secretário:** Ada Faraco De Luca (PMDB)

**Assembleia na internet:** <http://www.alesc.sc.gov.br>

**Tiragem:** 8 mil exemplares

**Impressão:** Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

### Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

**Diretora de Comunicação Social:** Lúcia Helena Vieira

**Coordenadora de Imprensa:** Tayana Cardoso de Oliveira

**Edição:** Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo

**Diagramação e Artes:** Rafael dos Santos

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

**CRÍTICAS E SUGESTÕES**

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021  
[imprensa@alesc.sc.gov.br](mailto:imprensa@alesc.sc.gov.br)

**Chefe de Redação:** Rubens Vargas

**Reportagens:** Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic e Tatiani Magalhães

**Edição de notícias do site:** Andrea Leonora

**Chefe da Fotografia:** Jonas Lemos Campos

**Fotografia:** Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

**Relações Institucionais:** Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

**Clipagem:** Flávia Jacome, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

**Expedição:** Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

## INSTITUCIONAL

# Parlamento intercede pelas eleições em Pescaria Brava e Balneário Rincão

Liderados pelo presidente Jorginho Mello, deputados visitam Tribunal Regional Eleitoral para viabilizar processo

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), acompanhado dos deputados Manoel Mota (PMDB), Décio Góes (PT) e Valmir Comin (PP), visitou, dia 4, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC), desembargador Carlos Barreto Dutra. O objetivo do encontro foi analisar a viabilidade da realização de eleições municipais em Pescaria Brava e Balneário Rincão.

Os municípios foram emancipados em plebiscito e tiveram a consequente aprovação de lei estadual em 2003. A instalação dos municípios estava suspensa em virtude da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Em agosto, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, decidiu pelo arquivamento da ADI que questionava as duas leis estaduais catarinenses que determinavam a emancipação de Balneário Rincão e Pescaria Brava, pertencentes aos municípios de Içara e Laguna, respectivamente.

Na reunião, o desembargador Dutra comunicou aos parlamentares que aguarda a publicação em Diário Oficial da decisão do ministro. O presidente do Legis-



Deputados Comin, Mota, Décio Góes e Jorginho Mello com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral

lativo avaliou positivamente o encontro. "Já temos a certeza de que Santa Catarina terá 295 municípios. As duas novas cidades já nascem fortes e pujantes. O presidente do TRE nos informou que aguarda a publicação do acórdão para fazer um levantamento da legislação e escolher a melhor data para as eleições. Não queremos gerar expectativa na

população, mas estamos muito próximos de alcançar uma definição", avaliou o presidente.

De acordo com Manoel Mota, o presidente do TRE garantiu que não há problema para realizar as eleições. Décio Góes também comemorou o fato de o estado ter mais "dois municípios constitucionalmente habilitados".

Já o deputado Valmir Comin destacou que serão mais dois municípios com participação no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). "Isso aquece a economia catarinense. Também terão direitos sobre o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), possibilitando o recebimento de mais recursos da União".

## Entenda o caso

A emancipação de Balneário Rincão e Pescaria Brava, pertencentes aos municípios de Içara e Laguna, respectivamente, determinada por duas leis estaduais de 2003, estava sendo contestada por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3097). A iniciativa da ADI foi da Procuradoria Geral da República, ainda em 2003.

Em agosto de 2009, a mesma Procuradoria pediu pela perda do objeto da ação, com base na Emenda Constitucional 57, de 2008. Pela emenda, "ficam convalidados os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo estado à época de sua criação".

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio de Mello, decidiu pelo arquivamento, mas seu voto ainda não foi publicado no Diário Oficial da Justiça. Após a publicação, correrá um prazo de cinco dias para recurso. Depois disso, a Procuradoria da Casa Legislativa entrará com um pedido junto ao TRE para que incie os procedimentos pelas eleições.

## Legislativo mudará regras para pagamento da insalubridade

O pagamento de insalubridade aos servidores do Parlamento catarinense terá novas regras a partir do próximo mês. O anúncio foi feito pelo presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), em entrevista coletiva à imprensa dia 9. Segundo ele, um projeto de resolução será apresentado na próxima reunião da Mesa, que será realizada dia 16, para, então, seguir para a Comissão de Constituição e Justiça e, depois, votado em Plenário.

A decisão foi tomada após a Assembleia Legislativa receber laudo técnico da Diretoria de Saúde do Servidor da Secretaria de Estado de Administração, solicitado pela própria Mesa. O gasto mensal atual da Assembleia Legislativa chega a R\$ 162.521,69 com o pagamento de insalubridade para 111 servidores. Conforme o laudo apresentado, apenas 77 servidores receberão insalubridade, totalizando R\$ 20.699,80



Em entrevista coletiva, presidente Jorginho Mello anuncia que será votado projeto de resolução com alterações

por mês. "É uma economia de R\$ 141.821,89 por mês, chegando a R\$ 1.843.684,59 por ano. Essa economia trará muitos benefícios para a Casa", disse o presidente. Hoje, os adicionais de insalubridade são de 10%, 30% e 50% sobre o

vencimento de cada servidor.

Com a mudança, o Parlamento adotará percentuais de 12%, 17% e 23% sobre o valor do salário base de nível médio da Casa, que é de R\$ 1.374,98. "Ou seja, serão pagos três valores: R\$ 164,99 (12%), R\$

233,75 (17%) e R\$ 316,24 (23%). Optamos por utilizar o mesmo índice do Executivo por ser o mais baixo. Temos compromisso com o Estado e vamos dar o exemplo." O presidente ainda afirmou que criará uma Comissão Interna de

Prevenção a Acidentes (CIPA) e uma Comissão de Saúde para corrigir todos os problemas que resultam em pagamento de insalubridade.

## Laudo à parte

O deputado Jailson Lima (PT), segundo vice-presidente da Casa, anunciou que está elaborando um laudo à parte e irá apresentá-lo na próxima reunião da Mesa. "O ideal é que se acabe com a insalubridade. É preciso melhorar as condições de trabalho dos servidores para que, então, possamos acabar com a insalubridade. Saúde não se compra," afirmou o parlamentar. Em relação aos servidores com direito a receber a insalubridade, o parlamentar garantiu que em seu laudo o número será ainda menor. "Temos servidores da Coordenadoria de Saúde que não precisam receber e estão recebendo. Vamos esperar a reunião da Mesa e chegar a um acordo bom para todos."

## GERAL

## Substitutivo muda regras de segurança em agências lotéricas

O Parlamento catarinense aprovou, por unanimidade, dia 9, um substitutivo global de autoria do deputado Darci de Matos (DEM) ao PL nº 288/09. A medida altera a Lei nº 14.737/09, do deputado Renato Hinnig (PMDB), que estabelece a obrigação das lotéricas e agências de Correios contratarem vigilantes próprios. Com o substitutivo, as regras de segurança das lotéricas e agências franqueadas dos Correios, previstas na lei que entraria em vigor no próximo dia 17, terão novos critérios.

A mudança, de acordo com Darci de Matos, faz com que o artigo 1º da Lei passe a vigorar estabelecendo a não obrigatoriedade da contratação de vigilantes nos casos das agências de correios franqueadas ou terceirizadas; casas lotéricas que operam com número igual ou inferior a quatro terminais financeiros operacionais; e casas lotéricas que operam em locais onde já existe serviço de segurança prestado por vigi-

lantes profissionais, tais como shoppings e supermercados. Esses estabelecimentos, no entanto, ficam obrigados a manter sistema de vigilância eletrônica, através de câmeras, cofre tipo "boca de lobo" e alarme de comunicação direta e automática com a empresa de vigilância especializada.

Darci argumentou que as lotéricas e os postos dos Correios cumprem papel social muito importante nos municípios, em especial nos pequenos. "Se esses estabelecimentos fossem obrigados a contratar os serviços de vigilância, correriam o risco de fechar as portas, gerando desemprego e transtorno para a população. Com essa conquista, as 450 lotéricas de Santa Catarina, que geram cerca de 5 mil empregos, serão preservadas", comemorou.

Para o presidente da Associação das Lotéricas de Santa Catarina, Sérgio Renato da Silva, o segmento recebe a notícia com

satisfação, pois com as novas regras em vigor será mantido o ritmo de trabalho, com segurança, sem precisar demitir ou fechar algumas lotéricas. "Com a vigilância, o trabalho das lotéricas e correios ficariam mais em evidência e, conseqüentemente, estariam correndo mais riscos", frisou.

A matéria tramitou na Casa durante oito meses e gerou ampla discussão. Durante a votação, alguns parlamentares manifestaram seu reconhecimento ao vigor do PL, que prevê a segurança da população, porém, argumentaram que o custo da contratação de vigilantes deve ser repassado às instituições franqueadoras, uma vez que estas estariam transferindo para as lotéricas as atividades de agentes financeiros, ficando com o lucro que a atividade proporciona.

Outro aspecto reafirmado está na questão da obrigação do Estado em garantir segurança pública sem onerar o setor produtivo.



Depois de muita discussão e desentendimento na própria base governista, projeto amplamente debatido com a sociedade é referendado em Plenário

# Parlamento aprova Salário Mínimo Regional

Projeto prevê quatro níveis salariais que passam a vigorar em janeiro de 2010

Foi aprovado por unanimidade, dia 9, o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 30/09, do Executivo, que cria o Salário Mínimo Regional em Santa Catarina. A medida foi autorizada em Plenário depois de muita discussão e desentendimentos na própria base governista sobre a emenda que inclui o governo na negociação entre as entidades sindicais patronais e dos empregados. Os valores, divididos em quatro níveis salariais, vigoram a partir de janeiro.

O PLC foi aprovado com algumas alterações: uma que acrescenta a categoria dos motoristas ao grupo de piso salarial de R\$ 679,00; outra que retira a categoria da indústria mobiliária do piso de R\$ 647,00 e

inclui no piso de R\$ 616,00; a que altera a data de entrada em vigor, proposta pelo projeto original para este ano, adiando para janeiro de 2010. Com isso, a data-base de reajuste do salário mínimo regional será todo mês de janeiro.

A sessão foi interrompida para que os líderes dos partidos tentassem unificar os votos em torno da polêmica emenda apresentada pelo líder do governo no Parlamento catarinense, deputado Elizeu Matos (PMDB), que estava em viagem oficial à Espanha. A proposta, que ao final foi aprovada, inclui o governo, ao lado de trabalhadores e empresários, nas negociações anuais de reajuste salarial. A bancada

governista ficou dividida. Votaram contrários à emenda os deputados peemedebistas Romildo Titon, Moacir Sopelsa, Carlos Chiodini, Antônio Aguiar e Renato Hinnig, além de José Natal Pereira (PSDB), líder do governo em exercício, e Marcos Vieira (PSDB). Silvío Dreveck (PP) também votou contra, enquanto Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), preferiu abster-se. A secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Dalva de Luca Dias, acompanhou a sessão.

Essa emenda já havia sido rejeitada pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Romildo Titon (PMDB). Sua manifestação na tribuna foi criticada pelos

representantes dos trabalhadores, que também reclamaram da postura do líder do governo em exercício, José Natal Pereira, ao defender a retirada do governo. "A negociação tripartite é um dos dispositivos mais importantes da lei. A sua retirada prejudicou um acordo construído durante meses entre as categorias", comentou o presidente da União Geral dos Trabalhadores de Santa Catarina (UGT), Waldemar Schutz.

A Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) posicionou-se favorável ao parecer de Titon. "Somos contra a inclusão do governo porque defendemos a livre negociação", justificou o vice-presidente, Glauco José Córte.

## Como ficam os valores das categorias

**Piso de R\$ 587,00** - Trabalhadores da agricultura, pecuária, indústria extrativista e beneficiamento, pesca e aquicultura, empregados domésticos, turismo e hospitalidade, construção civil, instrumentos musicais e brinquedos, estabelecimentos, empregados motociclistas, motoboys, no transporte de documentos e pequenos volumes;

**Piso de R\$ 616,00** - Os trabalhadores da indústria do vestuário e calçado, fiação e tecelagem, artefatos de couro, indústria do papel, papelão e cortiça, empresas distribuidoras e vendedoras de jornais e revistas e empregados em bancas, vendedores ambulantes de jornais e revistas, empregados em estabelecimentos de serviços de saúde, empresas de comunicações e telemarketing e indústria mobiliária.

**Piso de R\$ 647,00** - Trabalhadores das indústrias químicas e farmacêuticas, cinematográficas, alimentação, agentes autônomos do comércio empregados no comércio em geral;

**R\$ 679,00** - Trabalhadores das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico, gráficas, de vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça, porcelana, de artefatos de borracha, empresas de seguros privados e capitalização e de agentes autônomos de seguros privados e de crédito edifícios e condomínios residenciais, comerciais e similares, joalheria e lapidação de pedras preciosas, estabelecimento de cultura, processamento de dados auxiliares em administração escolar e motoristas do transporte urbano.

## Deputados mantêm dez mensagens de veto e rejeitam uma

Uma lista de mensagens de veto do governador a projetos aprovados pelo Legislativo dominou, dia 8, a pauta da sessão ordinária do Parlamento catarinense. Das 12 mensagens incluídas na Ordem do Dia, apenas uma foi retirada, 10 vetos foram mantidos e um veto acabou rejeitado.

Coube ao Projeto de Lei (PL) nº 46/07, do deputado Kennedy Nunes (PP), o único revés do governo. A matéria trata da inclusão dos dados sanguíneos na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do Estado. O autor explicou que o Executivo alegou geração de custos para a administração estadual, mas contrapôs a informação ao afirmar que "cabe ao interessado levar o exame sanguíneo, não acarretando custo algum".

O progressista recebeu apoio do deputado Sargento Amauri

Soares (PDT), que disse que "o vício alegado pelo governo não é de origem, mas de oposição", e dos deputados da base Dagomar Carneiro (PDT) e Nilson Gonçalves (PSDB). Gonçalves, inclusive, lembrou que apresentou proposta semelhante, mas não obteve êxito quando de sua apreciação em outra legislatura.

O líder do governo na Assembleia, deputado José Natal (PSDB), que assumiu a função em virtude de viagem do deputado Elizeu Matos (PMDB), elogiou o projeto, mas justificou o veto com o argumento de criação de despesa. Mesmo assim, houve a rejeição com 27 votos e apenas cinco pela manutenção.

O PL nº 332/07, de procedência do deputado Marcos Vieira (PSDB), que trata da proteção e defesa dos consumidores de combustíveis, foi o primeiro veto

a ser mantido. O líder, deputado Natal, comunicou que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) vai encaminhar proposta com este teor ao Legislativo.

Outra mensagem mantida foi o veto parcial ao PL nº 347/08, de procedência governamental, que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Tabuleiro e Terras de Massambu e cria o Fundo Especial de Regularização, Implementação e Manutenção do Mosaico (FEUC).

O deputado Natal justificou a medida por conta do custo das desapropriações envolvidas no processo, no que foi contestado pelo correligionário Marcos Vieira. Mesmo assim, o veto acabou mantido com 20 votos favoráveis, seis contrários e duas abstenções.



Base governista e deputados da oposição discutem matérias da ordem do dia em sessão ordinária do dia 9

## Portadores de necessidades especiais sem pensão

Os deputados também mantiveram o veto ao Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 0018/09, de procedência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que define pensão de um salário mínimo aos portadores de necessidades especiais. O PLC, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares (PDT), entrou na CCJ na forma de projeto de lei, mas transformado em projeto de lei complementar por tratar de valores financeiros. O veto foi mantido com 20 votos a favor, três contrários e uma abstenção.

Também mantido foi o veto total ao PL nº 0030/09, do deputado Darci de Matos (DEM), que trata da obrigatoriedade de placas de sinalização indicando hospitais nas rodovias estaduais. A matéria foi vetada por 19 votos a 8.

Da mesma forma, foi mantida

a mensagem de veto parcial ao PL nº 049/09, do Executivo, que autoriza a concessão de uso de imóvel em Palhoça. Soares alegou que a doação seria para a Associação Beneficente dos Policiais e Bombeiros Militares de Santa Catarina, entidade de direito privado, e que, por conta disso, elaborou emenda para viabilizar a gratuidade no atendimento dos militares. A mensagem foi mantida com 17 votos favoráveis, oito contrários e uma abstenção.

O deputado Cesar Souza Júnior (DEM) teve duas propostas parcialmente vetadas. Ao PL nº 130/07, que autoriza o Estado a estabelecer política de melhoria no atendimento aos idosos na saúde, e ao PL nº 237/07, que autoriza o Executivo a reduzir a base de cálculo do ICMS dos protetores solares.

Outros três vetos foram mantidos sem maiores debates. O veto parcial ao PL nº 360/08, do deputado Edison Andrino (PMDB), que institui o Dia Estadual de Conscientização do X-Frágil e a Semana Estadual de Estudos e Conscientização sobre a Síndrome do X-Frágil. O veto total ao PL nº 91/09, do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB), que dispõe sobre modalidade de incentivo à melhoria das condições da rede estadual de ensino, através da disposição de espaços físicos às Associações de Pais e Professores (APPs) das respectivas unidades. E o último, o veto parcial ao PLC nº 16/09, de procedência governamental, que disciplina a admissão de pessoal por prazo determinado no âmbito do Magistério Público Estadual, para atender a necessidade excepcional interesse público.



Faixas em defesa de mudanças na lei, que entraria em vigor em Santa Catarina no próximo dia 17

## Autorizada contratação de crédito junto ao BB

Aprovado dia 9 o Projeto de Conversão em Lei de Medida Provisória nº 155/09, enviada pelo Executivo, que autoriza o governo do Estado a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S/A. O valor autorizado é de R\$ 51.192.000,00 e destina-se à viabilização de despesas de capital.

A matéria foi aprovada com uma emenda apresentada pelo deputado Elizeu Matos (PMDB),

que visa à redução de encargos financeiros da operação diante da contrapartida do Estado.

A mesma emenda ainda altera a forma de garantia, que deixa de ser a vinculação de receita e passa a ser débito em conta, chamada de reserva de pagamento.

Enviada pelo Executivo, a Medida Provisória nº 155/09 foi aprovada com emendas durante a reunião da Comissão de Finanças e Tributação, também no dia 9,

presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB), relator da MP.

Em seu relatório, Marcos Vieira acatou a emenda do deputado Elizeu Matos e ainda outra, de autoria do deputado Silvío Dreveck, substituído pelo deputado Joares Ponticelli, ambos do PP, que defendia a inclusão do relatório de gestão fiscal do primeiro trimestre de 2009, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

# Santa Catarina produz Tamiflu infantil e já realiza exames para a Gripe A

Das 7 mil doses requeridas pela Secretaria de Estado de Saúde, 3 mil já foram fabricadas pelo Laboratório de Produção e Análise de Medicamentos da Univali

## Graziela May Pereira

O laboratório de Produção e Análise de Medicamentos (Lapam), da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), dirigido pela farmacêutica Samanta Cardozo Mourão, começou a fazer o processo de transformação da versão infantil do Tamiflu, remédio contra a gripe A, de pó para solução líquida. O processo é uma recomendação do Ministério da Saúde, pois a validade do Tamiflu pediátrico é muito reduzida após a diluição.

No dia 3 o laboratório já havia produzido e entregue três mil doses, das sete mil solicitadas pela Secretaria de Estado de Saúde. "Fomos contratados para fazer a manipulação do fosfato de osetalmivir, princípio ativo do medicamento, na forma de solução oral, encaminhado pela Secretaria de Saúde", esclareceu Samanta.

De acordo com a farmacêutica, o Ministério da Saúde entregou sete quilos da substância ativa do Tamiflu ao laboratório da Univali, segundo o contrato. A transformação do medicamento

para a forma líquida era feita anteriormente pelos próprios pais das crianças tratadas com o medicamento. Samanta ainda explicou como o remédio é fabricado. "O sal do Tamiflu é diluído em água junto com um conservante, e envasamos 50 ml por frasco. É diferente do remédio original, vendido em cápsulas."

Os frascos lacrados e com a medicação saem do Lapam e são entregues diretamente à Diretoria de Assistência Farmacêutica, da Secretaria de Saúde. A contratação da instituição de ensino para fazer este serviço ocorreu pela falta de laboratório público no Estado. "Temos a melhor infraestrutura, melhor capacidade técnica e um ótimo pessoal. Ao todo, são cinco farmacêuticos e seis auxiliares trabalhando na produção do Tamiflu", revelou.

A distribuição é controlada pela Vigilância Epidemiológica de Santa Catarina e o remédio é fornecido apenas a crianças com suspeita de gripe A. A manipulação do remédio deve prosseguir até atender a demanda do Estado.

Eduardo Guedes de Oliveira



Secretário da Saúde, Dado Cherem, divulga início dos exames em SC



Fotos: Miriam Zomer

Laboratório faz a transformação do medicamento pediátrico da versão em pó para a solução líquida

## SC investe R\$ 600 mil no diagnóstico

O secretário de Estado da Saúde, Dado Cherem (PSDB), esteve na Assembleia Legislativa dia 8 para comunicar o início dos exames de diagnóstico da gripe A em Santa Catarina.

O investimento para que o Estado se credenciasse à realização foi de R\$ 600 mil e a meta da secretaria é realizar aproximadamente 40 exames diários, com prazo de 72 horas para o resultado.

Com a implantação dos exames, Santa Catarina entra para um restrito grupo de estados aptos à realização, ao lado do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

O secretário destacou que os exames estão em implantação. "É um trabalho novo e que deve evoluir com o tempo, ganhando uma maior dinâmica no atendimento." Dado Cherem ainda enfatizou que este é o embrião de um Centro de Virologia que em breve entrará em funcionamento pra atender os catarinenses.



## Mobilização contra novos casos

Conforme os dados da Secretaria de Saúde, de quinta-feira (10), o número de casos em investigação em Santa Catarina subiu para 3.817. Até o momento, foram confirmados 48 óbitos e 418 casos de Influenza A (H1N1). Foram descartados 517 casos e 33 óbitos inicialmente considerados suspeitos.

Há um mês, o governo do Estado, baseado em orientação técnica da DIVE, recomendou o remanejamento, no local de trabalho, de todas as gestantes que exercem atividades em contato direto com o público externo. Se a mudança de função não for possível, as mulheres grávidas devem ser dispensadas do trabalho até que as evidências epidemiológicas comprovem a diminuição da circulação viral em Santa Catarina.

## PLENÁRIO

# Mudanças nas lideranças da Casa

Deputado José Natal fica à frente do bancada do governo e Giancarlo Tomelin, do PSDB

Carlos Killian



Deputado Natal conversa com o colega Marcos Vieira durante sessão

A semana foi de mudanças na liderança do governo e do PSDB. O deputado José Natal Pereira (PSDB) assumiu, dia 8, interinamente, a representação do Executivo no Parlamento catarinense. Ele fica à frente do cargo até o dia 14, quando o titular da vaga, deputado Elizeu Mattos (PMDB), retorna de uma viagem da Espanha em comitiva formada por outros parlamentares, a convite do vice-governador Leonel Pavan (PSDB), para tratar de assuntos de interesse do Estado.

No PSDB, a missão foi assumida por Giancarlo Tomelin (PSDB), que fica até o dia 15 na liderança do partido na Assembleia Legislativa. Ele substituiu o deputado Serafim Venzon (PSDB), titular da vaga, que está em viagem oficial a Brasília. Venzon acompanha projetos de interesse do

Estado, principalmente os que dizem respeito a recursos para reconstrução das casas que foram destruídas nas enchentes e deslizamentos de novembro de 2008.

Tomelin considera importante sua nomeação como líder, numa semana estratégica no Poder, em que projetos polêmicos, como o do salário mínimo regional e a lei que trata da obrigatoriedade de contratação de vigilantes por parte de casas lotéricas e agências franqueadas dos Correios, foram votados pelo Plenário.

Natal considerou, por sua vez, árdua a missão de representar o governo em virtude da mediação das votações do Projeto de Lei Complementar nº 30/2009, que institui o Salário Mínimo Regional. No dia em que assumiu a liderança, conseguiu desengavetar 12 mensagens de vetos.

Carlos Killian



Giancarlo Tomelin sucede Serafim

## Círio Vandresen toma posse na vaga de Dirceu Dresch

O deputado Círio Vandresen (PT) tomou posse dia 10 em vaga aberta com licença do deputado Dirceu Dresch (PT), dando continuidade ao rodízio do PT. Ele ficará na Assembleia pelo período de 60 dias, no qual o deputado Décio Góes responderá pela liderança da bancada.

Vandresen tem longa militância no partido pelo qual já disputou cinco eleições: três vezes candidato a deputado estadual (1998/2002/2006) e duas vezes como candidato a prefeito de São José (2004/2008). Antes da posse ocupava cargo no Ministério da Pesca em Santa Catarina. Por 17 anos, foi padre, tendo atuado em Meleiro e Imbituba como coor-

denador da Comissão Pastoral da Terra em Santa Catarina.

Após assinar o termo de posse e prestar o juramento, Vandresen agradeceu a presença de amigos, colegas de partido, do prefeito de São José, Djalma Berger (PSB), e do ex-governador Esperidião Amin (PP).

O parlamentar destacou que sua atuação terá como foco a segurança alimentar, com uso de produtos agroecológicos, e na defesa de um novo modelo de saneamento para Grande Florianópolis, debatendo o assunto com a Casan. Ele quer promover debate sobre o sistema prisional tendo como proposta o modelo de penitenciária agrícola modular.

Jonas Lemos Campos



Círio tem longa militância no PT, tendo disputado cinco eleições

## Representantes do CVV comemoram a instituição da Semana Estadual de Valorização da Vida

Representantes do Centro de Valorização da Vida estiveram dia 8 na Assembleia Legislativa para comemorar a aprovação do Projeto de Lei nº 202/08, que institui a "Semana Estadual de Valorização da Vida", ocorrida no último dia 25 de agosto. A iniciativa do deputado Antônio Aguiar (PMDB) tem como finalidade alertar a população sobre como diagnosticar possíveis suicidas e será comemorada sempre na segunda semana de maio.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), todos os dias cerca de 3 mil pessoas cometem suicídio no mundo, o que significa que a cada 30 segundos uma pessoa se mata. "O comportamento suicida vem ganhando impulso em termos numéricos e, principalmente, causando impacto social. O suicídio é uma das três principais causas de morte entre jovens e adultos de 15 a 34 anos", disse Aguiar.

O parlamentar ainda disse que as estimativas revelam que para cada pessoa que consegue se suicidar, 20 ou mais tentam eliminar a própria vida sem sucesso. "A OMS estima que a maioria dos mais de 1,1 milhão de suicídios a cada ano poderia ser prevista e evitada."



Servidora dá depoimento

Santa Catarina está em segundo lugar do ranking nacional de suicídios, com 423 casos registrados em 2007, atrás somente do Rio Grande do Sul. A OMS considera alto o índice de suicídios quando há mais de 10 casos por 100 mil habitantes, situação muito próxima das registradas em regiões como a Oeste e o Vale do Itajaí. O estado tem, em média, 12 casos por 100 mil habitantes.

José Vilela, representante do Centro de Valorização da Vida (CVV), destacou que Santa Catarina é o primeiro estado da federação a possuir um projeto deste porte. "Esse é um dos grandes projetos aprovados nesta Casa, neste ano. Valorizar a vida é muito importante. A

Semana de Valorização da Vida vai dar grandes frutos."

O voluntário explicou que o CVV mantém plantões em regime de 24 horas e quem procura apoio, pelo telefone 141, recebe conforto emocional e a certeza de atenção em momentos difíceis, com garantia de sigilo absoluto. Ele também mencionou que a média de suicídios aumentou 60% nos últimos 50 anos, em particular nos países em desenvolvimento. "O fator que mais predispõe ao suicídio é a depressão e o nosso objetivo no CVV é atender essas pessoas que se encontram fragilizadas emocionalmente e oferecer todo o apoio possível."

A servidora do setor de Saúde da Casa, Ana Maria Maya Ramos, agradeceu ao parlamentar pelo projeto. "Sou voluntária, cidadã e mãe de uma jovem suicida e estou aqui em nome do CVV para agradecer ao deputado Aguiar. O suicídio já é considerado problema de saúde pública e torna-se urgente sua prevenção", declarou. A proposta de Aguiar é utilizar os veículos de comunicação em campanhas de esclarecimento, promover eventos com a participação de especialistas e distribuir cartilhas.

# O templo das leis e da cidadania.

---

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina chega aos 175 anos. Desde 1834, ela é o lugar em que nascem as Leis e se exerce a cidadania. Participe desta história.

Nenhuma lei existe sem você. Com elas, construímos o futuro.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

[www.alesc.sc.gov.br](http://www.alesc.sc.gov.br)